



PROCESSO Nº: 0001780-26.2017.8.18.0026

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR-PI

Réu: PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS, HELDER EUGENIO GOMES

DECISÃO-MANDADO

Vistos, etc.

Recebo a denúncia de fls. 02 e seguintes oferecida contra **PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS**, brasileiro, ex-prefeito municipal de Campo Maior-PI, filho de Odália Soares de Sousa e Joaquim de Sousa Martins, residente e domiciliado na Rua Cel. Eulália Filho, nº 139, Bairro Centro, Campo Maior-PI e **HÉLDER EUGÊNIO GOMES**, inscrito no CPF nº 287.840.653-20, residente e domiciliado na Avenida Higino Cunha, nº 653, Teresina-PI, único sócio administrador da empresa de Informações, Divulgações e Notícias LTDA-ME, Editora 180 GRAUS, CNPJ nº 04.696.542/0001-00, dando-os como incurso no art. 89, da Lei Federal 8.666/1993 em concurso material (art. 69 do Código Penal), considerando que a denúncia está acompanhada de elementos sólidos que fundamentaram a tipificação supracitada, que espelham materialidade incontestável e convincentes indícios de autoria. Nesse ponto, vislumbro que a denúncia preenche os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, uma vez que expõe os fatos criminosos com todas as suas circunstâncias, a qualificação do réu, a classificação do delito e rol de testemunhas, inexistindo qualquer das hipóteses do art. 395 do mesmo diploma.

Há entendimento jurisprudencial no sentido de que é possível aplicar o procedimento comum ordinário do Código de Processo Penal no lugar do rito da Lei de Licitações, para que o interrogatório seja o último ato da instrução, após a oitiva das testemunhas da acusação e da defesa. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça julgou recentemente o HC 282.828, fundamento no fato de que a aplicação do procedimento do Código de Processo Penal ampliaria a defesa e o contraditório.

Urge destacar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no HC 127.900, julgado em março de 2016, decidiu que o art. 400 do Código de Processo Penal que prevê o interrogatório como último ato da instrução é aplicável a todos os procedimentos especiais, como o procedimento de Lei de Drogas e o da Lei de Licitações.



Documento assinado eletronicamente por MÚCCIO MIGUEL MEIRA, Juiz(a), em 18/04/2018, às 13:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **19630721** e o código verificador **F7BD7.A318D.8E279.5E4F5.22146.977FA**.

Desse modo, cite-se o acusado para oferecer defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o art. 104, da Lei Federal 8.666/93, sendo realizado o interrogatório somente ao final da instrução como acima exposto.

Esta decisão servirá de mandado de citação.

Diligencie-se pelas citações e notificações necessárias.

Expeça-se carta precatória, sendo o caso.

Cumpra-se.

- 1. DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO**, devendo ser expedido, para tanto, em três vias: (a) uma ficará no processo, servindo como decisão judicial que determina a citação; e (b) as outras duas servirão como mandado, para cumprimento pelo Oficial de Justiça. Além disso, deve a Secretaria lançar, no sistema processual, as movimentações de decisão e de expedição de mandado, em sequência.
- 2.** Por este documento, fica o Oficial de Justiça que o portar autorizado a requisitar força policial para o cumprimento da diligência nele determinada. **CUMpra-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.** Poderá o Oficial de Justiça, para o cumprimento da diligência do mandado, proceder conforme o disposto no § 2º do art. 212 do CPC.

CAMPO MAIOR, 18 de abril de 2018

MÚCCIO MIGUEL MEIRA

Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR



Documento assinado eletronicamente por MÚCCIO MIGUEL MEIRA, Juiz(a), em 18/04/2018, às 13:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **19630721** e o código verificador **F7BD7.A318D.8E279.5E4F5.22146.977FA**.